

IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – Unidade Luziânia

DEMONSTRAÇÕES CONTABÉIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 ACOMPANHADA DO RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Roberto Miguel





IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – Unidade Luziânia

ÍNDICE

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes	03
Balanço Patrimonial	07
Demonstração do Resultado	08
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	09
Demonstração dos Fluxos de Caixa	10
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	11



RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Luziânia Luziânia - GO

Revisamos as demonstrações contábeis do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Luziânia**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do superávit / déficit do exercício e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações contábeis com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações contábeis (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Uma revisão de demonstrações contábeis de acordo com as referidas normas é um trabalho de asseguração limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas.



Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Outros assuntos

- (I) As demonstrações contábeis do **IMED Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento Unidade de Luziânia**, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, não foram revisadas por nós nem por outro auditor independente, portanto não estamos emitindo conclusão sobre essas demonstrações contábeis.
- (II) Por se tratar de uma revisão abrangendo somente a filial de Luziânia do **IMED Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento Unidade Luziânia** a administração optou por não divulgar a Mutação do Patrimônio Social, uma vez que a movimentação ocorrida em 2021 não reflete o patrimônio do Instituto como um todo.

Base para conclusão com ressalva

- (I) Devido às limitações dos controles internos existentes o Instituto não segrega adequadamente os custos e despesas incorridas no exercício. Não foi possível nos satisfazer por meios alternativos de auditoria, quanto a adequada segregação dos saldos apresentados na demonstração de superávit/déficit do exercício dos saldos de custo dos serviços prestados e despesas administrativas e eventual necessidade de reclassificação entre esses saldos.
- (II) Conforme exposto na Nota Explicativa Nº 6 Ativo e Passivo compensado, os ativos tangíveis oriundos do poder concedente e os adquiridos pelo Instituto com a utilização de recursos destinados com essa finalidade, deverão ser devolvidos ao poder público ao término do contrato de gestão hospitalar. As contas contábeis que detém o registro desses ativos devem ser apresentadas com saldo igualitário ao seu correspondente passivo, pois ao término do contrato, tanto os ativos oriundos do poder concedente quanto os adquiridos pelo Instituto deverão ser encaminhados ao poder concedente no término do contrato de acordo com o Termo de Permissão de Uso de Bens Móveis, do Contrato de Gestão. Entretanto para a manutenção de suas atividades além dos equipamentos adquiridos com recursos destinados para esse fim específico o Instituto tem a necessidade de realizar a aquisição de



outros ativos para o bom desempenho de suas atividades, para tal utiliza recursos oriundos das verbas de custeio para realizar tal investimento. O registro contábil desses bens móveis foi realizado em contas de Ativo Compensado sem o seu correspondente no Passivo. Por se tratar de uma aquisição de ativos para manutenção das atividades do contrato, o registro contábil de tais itens seria no grupo de Ativo Imobilizado e seu custo amortizado ao período vigente do contrato.

Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações contábeis não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Luziânia** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

São Paulo, 07 de janeiro de 2022

TRÍADE AUDITORES INDEPENDENTES CRC 2SP015090/O-5

Roberto Miguel Sócio Diretor CRC 1SP 137215/O-3 Muin

Henrique Pereira da Silva Sócio Diretor CRC 1SP 300369/O-2

IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - UNIDADE LUZIÂNIA BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em Reais)

Ativo	Notas	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020	Passivo -	Notas	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes	4	16.691.083	6.271.660	Fornecedores	7	4.014.284	3.783.805
Contas a receber		-	-	Obrigações sociais e trabalhistas	8	2.646.109	1.501.196
Estoques	5	589.414	893.460	Obrigações fiscais e tributarias		266.891	270.747
Outros Créditos		109.180	-	Outras Obrigações		1.696	1.850
				Adiantamento de Recursos	9	3.336.698	2.815.000
Total do ativo circulante		17.389.677	7.165.121	Total do passivo circulante		10.265.679	8.372.598
				Não circulante			
				Outras Obrigações de Longo Prazo		-	(700)
				Passivo Compensado	6	2.866.591	2.866.591
				Total do passivo não circulante		2.866.591	2.865.891
Não circulante		. =00	4 -00				
Outros Créditos de Longo Pr	azo	1.500	1.500	Patrimônio social			
				Patrimonio Social		-	- ((50, 405)
lmobilizado	0	-	-	Superávit Acumulado		7.457.776	(650.485)
Ativo Compensado	6	3.198.869	3.421.384				
Total do ativo não circulante		3.200.369	3.422.884	Total do patrimônio social		7.457.776	(650.485)
Total do ativo		20.590.046	10.588.005	Total do passivo		20.590.046	10.588.005
As notas explicativas são parte i	ntegrante das demo	nstrações contábeis				-	-

IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - LUZIÂNIA DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em Reais)

	(Luziania	Luziania
	Notas	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Receita Operacional Líquida	10	73.917.469	27.600.697
Custo dos serviços prestados		(11.225.849)	(3.534.992)
Resultado operacional bruto		62.691.620	24.065.704
(-/+) Despesas e receitas operacionais			
Despesas administrativas	11	(54.878.652)	(24.697.666)
Despesas tributárias		(43.763)	(2.476)
Resultado Financeiro		218.496	(16.047)
Outras receitas e Despesas Operacionais		120.560	-
Resultado Antes das Provisões Tributárias		8.108.261	(650.485)
Superávit do Exercício		8.108.261	(650.485)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - LUZIÂNIA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais)

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/Déficit do Exercício	8.108.261	(650.485)
(Acréscimo) decréscimo de ativos		
Em valores a receber	-	-
Em valores de estoques	304.046	(893.460)
Em outros valores a receber	(109.180)	(1.500)
Em valores de Ativo Compensado	222.515	(3.421.384)
_	417.381	(4.316.344)
Acréscimo (decréscimo) de passivos		
Emprestimos	-	-
Em fornecedores	230.480	3.783.805
Em obrigações sociais e trabalhistas	1.144.913	1.501.196
Em obrigações tributárias e fiscais	(3.856)	270.747
Em outras obrigações	546	1.150
Em adiantamento de recursos	521.698	2.815.000
Em obrigações contratuais	-	-
Em passivo compensado	-	2.866.591
_	1.893.780	11.238.489
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.311.162	6.922.145
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições/Baixas ao imobilizado e intangível	-	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-	
Acréscimo (decréscimo) em caixa	10.419.422	6.271.660
Saldo inicial de caixa	6.271.660	-
Saldo final de caixa	16.691.083	6.271.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

IMED – INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – UNIDADE LUZIÂNIA

Notas Explicativas às demonstrações contábeis relativa Ao exercício findo de 31 de dezembro de 2021. (valores em Reais)

1. Contexto Operacional

O IMED – INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – Unidade Luziânia. ("IMED" ou "Instituto"), é a filial de um Instituto sem fins lucrativos, que tem por objetivo contribuir com o desenvolvimento da saúde pública nacional, seja na execução e gestão de atividades médicas e assistenciais de interesse da população, seja na promoção de estudos relacionados a essas questões.

A sede social do Instituto matriz está situada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Itapeva, 202, 3º andar e desta filial, objeto das demonstrações contábeis situado a Avenida Alfredo Nasser, s/n Parque Estrela Dalva VII, Luziânia, estado de Goiás.,

Como forma de concretizar os conceitos que o edificaram, o IMED tem dentre as suas prioridades a participação, em cooperação com o Poder Público, na gestão de serviços de saúde, objetivando agregar a experiência de seus integrantes ás demandas sociais mais prementes na área de atendimento hospitalar.

No dia 18 de maio de 2020 o IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento celebrou contrato de gestão emergencial Contrato 027/2020 com prazo de vigência de 180 dias até o dia 14/11/2020 sendo prorrogado por iniciativa da Secretaria de Estado de Saúde de Goiás até o dia 31/12/2020. Ao dia 01/01/2021 foi celebrado o Contrato 003/2021 firmado com vigência até 02/07/2021 e Contrato 047/2021 com vigência de 03/07/2021 a 02/01/2022, com a secretaria de Estado de Saúde de Goiás, ao fomento, gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital de Campanha, implantado nas dependências do Hospital Estadual de Luziânia - GO.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis apresentadas se referem exclusivamente à filial do Instituto onde estão sendo operacionalizadas as atividades relativas ao contrato n°. 047-2021. Essas demonstrações foram elaboradas e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando por base a interpretação técnica geral para entidades sem fins de lucros – ITG 2002 (R1), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da resolução CFC Nº 1409/12.

Para o Instituto não há diferenças entre o superávit/déficit abrangente do exercício ou superávit/déficit do exercício. Desta forma, o Instituto apresenta apenas a demonstração do superávit/déficit.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTABEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração do Instituto faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência história e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir, de forma significativa, dessas estimativas, A seguir são apresentadas as principais as principais premissas do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas.

a.) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

É definida com base na avaliação e qualificação dos riscos cuja a probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias inicias e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como nos aspectos aplicáveis.

b.) Redução ao valor recuperável de ativos

No final de cada exercício o Instituto revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

c.) Provisão para retenções contratuais

A provisão para retenções contratuais é constituída para levar o saldo de créditos diversos ao seu valor de recuperação com base na análise das possíveis glosas nas prestações de contas relativas aos serviços fornecidos pelo Governo do Estado de Goiás.

3.1. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração dessas demonstrações foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados e compreendem:

a.) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

O Instituto considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata um montante conhecido de em caixa estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica como equivalente caixa se de quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b.) Contas a receber

Correspondem aos valores a receber do Governo do Estado de Goiás no decurso normal das atividades do Instituto, gestão da Unidade de Saúde anteriormente mencionada. Os outros créditos são reconhecidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos, deduzidos de provisão para retenções contratuais para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

c.) Estoques

Materiais para medicamentos são avaliados pelo custo médio de aquisição, acrescidos dos custos de transporte. Os valores de estoques não excedem os valores de custo de reposição ou de realização, e consideram as provisões para itens que apresentam giro lento ou estão obsoletos, quando consideradas pela administração.

d.) Ativo imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo histórico de aquisição. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

e.) Outros ativos e passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

f.) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor nominal.

g.) Obrigações sociais e trabalhistas

Representam os valores de tributos e contribuições devidos pelo Instituto, valores a pagar a funcionários decorrentes de salários, benefícios e a provisão de férias.

h.) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas, quando necessário, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i.) Imposto de renda e contribuição social

O Instituto goza de isenção de tributação pelo imposto de renda e contribuição social sobre o resultado por se tratar de uma entidade de classe sem fins lucrativos.

j.) Receitas de Subvenções

A receita de subvenções é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Instituto e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido.

A receita de subvenções é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos.

k.) Custos e Despesas

Os Custos são reconhecidos no resultado quando são transferidos riscos significativos e benefícios ao comprador e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Caixa	<u>-</u>	(12)
Bancos Conta Movimento	2.058.760	2.592.772
Aplicações Financeiras	14.632.323	3.678.900
	16.691.083	6.271.660

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo do Instituto. As aplicações financeiras são mantidas em bancos de primeira linha e são de resgate imediato.

5. Estoques

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Estoques Estoques de Terceiros	589.414 -	893.460 -
	589.414	893.460

6. Ativos e Passivos Compensados

Ativo Compensado	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Sistema MV	<u>-</u>	315.000
Ar Condicionado	95.299	95.299
Computadores e Periféricos	125.550	118.010
Máquinas e Equipamentos	2.593.632	2.508.687
Móveis e Utensilios	384.387	384.387
Veículos	-	-
Lavandeira	-	-
Centro de Parto	-	-
Comodato	-	-
	3.198.869	3.106.384
Passivo Compensado	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Ar Condicionado	95.299	95.299
Computadores e Periféricos	(76.743)	(76.743)
Máguinas e Equipamentos	2.469.008	2.469.008
Móveis e Utensílios	379.027	379.027
Veículos	-	-
Lavanderia	-	-
Centro de Parto	-	-
Comodato	-	-
	2.866.591	2.866.591
	332.278	239.793

Os ativos e passivos compensados referem-se aos ativos oriundos do poder concedente já instalados na operação hospitalar, que deverão ser devolvidos ao término do contrato.

7. Fornecedores

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Fornecedores Diversos (a) Fornecedores	- 4.014.284	- 3.783.805
	4.014.284	3.783.805

8. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Obrigações com Pessoal	1.060.429	915.931
Provisões Trabalhistas	1.585.680	585.265
	2.646.109	1.501.196

9. Adiantamento de Recursos

O saldo no montante de R\$ 3.336.698 classificado como Adiantamento de Recursos, referemse a valores recebidos pelo instituto oriundos do ente público para investimento em equipamentos, previstos nos contratos de gestão firmados com o poder público.

10. Receita Operacional Liquida

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Receita Bruta de Subvenções Receita de Doações	73.917.440 29	27.570.412 30.285
	73.917.469	27.600.697

11. Despesas Administrativas

	31/12/2021	(Não Revisado) 31/12/2020
Despesas de Pessoal	(14.724.452)	(6.470.452)
Despesas Gerais	(209.537)	(358.642)
Despesas Operacionais	(39.944.664)	(17.868.572)
	(54.878.652)	(24.697.666)

12. Imposto de renda e contribuição social

Conforme disposto no Artigo 174, do Regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo decreto nº 3000, de 26 de março de 1999, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e em conformidade com o artigo 15 da Lei nº 9.532/97, o Instituto está isento do pagamento de impostos por desenvolver atividades para quais foi constituída e coloca-las a disposição de um grupo de pessoas ao qual os serviços se destinam e por não ter fins lucrativos. Adicionalmente, o Instituto está vedado de remunerar seus dirigentes e distribuir quaisquer tipos excedentes, devendo reaplica-los na atividade objeto do Instituto. Tem também o Instituto a obrigação de cumprir determinadas formalidades estabelecidas em legislação especifica, sob pena de perda de isenção.

13. Receitas de Subvenções

A receitas auferidas pela entidade na Unidade de Luziânia provém, exclusivamente dos contratos de gestão 003/2021 e 047/2021, firmados entre o Instituto e a secretaria de Estado de Saúde do Estado de Goiás, para gestão, gerenciamento e operacionalização das atividades do Hospital Estadual de Luziânia do município de Luziânia – GO

14. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros do IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Luziânia encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 por valores que se aproximam ao valor de mercado nessa data. A administração desses instrumentos é realizada por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste da vigilância permanente das taxas contratadas em comparação com as taxas médias de mercado.

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento do Instituto, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

Em 31 de dezembro de 2021 o **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Luziânia** não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

O principal fator de risco operacional, que pode afetar as atividades do Instituto, refere-se ao risco de liquidez. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração que monitora continuamente a liquidez, para assegurar que o Instituto tenha caixa suficiente para atender os planos de gerenciamento e operacionalização da Unidade, quando aplicável, às exigências regulatórias externas ou legais.